



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0009836-89.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **KRISLEIDE FERRAZ, CPF 175.404.748-31 - Advogado Dr. Olindo Angelo Antoniazzi**
 Requerido: **ALEXANDRE JOSÉ DE OLIVEIRA, CPF 284.824.938-25 - Advogada Dra. Karen Simone dos Santos**

Aos 04 de julho de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também a testemunha do réu, Srª Sandra. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento pessoal da autora e da testemunha presente, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Afasto a preliminar de incompetência do JEC pois com as provas documentais e oral produzidas não há necessidade de realização de perícia. O laudo do IC é oficial e dispensa a realização de prova pericial. Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva pois o réu responde perante a autora como vendedor. No mérito, observo de início que não há a necessidade de qualquer outra prova. Há laudo oficial, do instituto de criminalística, fls. 72/75, que comprova de modo inequívoco a existência da adulteração. Contradições entre outros laudos (laudos antigos, aprovando, de fls. 9 e fls. 123, obtidos pelo réu quando comprou, e laudo de fls. 10/13, reprovando, obtido pela autora quando comprou) restam superadas pelo laudo oficial. Sendo assim, tem a autora o direito de enjeitar o veículo, nos termos do art. 441 do Código Civil, ante a existência de vício redibitório. Note-se que a confirmação segura da existência sobre o vício de adulteração somente se deu no curso do processo, quando realizada a perícia pelo instituto de criminalística, de modo que o prazo decadencial do art. 445, § 1º do Código Civil não transcorreu. O contrato deve ser rescindido e o réu condenado a restituir o montante desembolsado pela autora. Todavia, não é caso de indenização por danos morais. A propósito, como comprovado nos autos pelo réu ao longo do processo, não houve dolo ou culpa de sua parte. Com efeito, quando ele havia adquirido o veículo anteriormente, o fizera passar por vistoria junto a Marks Vistorias (fls. 9) e Top Vistorias (fls. 123), que haviam sido favoráveis. Somente quando a autora, após comprar o bem, levou esse mesmo automóvel a mesma Top Vistorias, esta houve por bem, dessa vez, identificar a adulteração, pelo laudo de fls. 10/13. E a questão só foi definitivamente resolvida com o laudo oficial de fls. 72/75. Temos, portanto, que a lide é de natureza estritamente patrimonial e a réu não agiu com desrespeito para com a autora ou de modo a ofender a sua dignidade pessoal. Somente a sua esfera patrimonial foi atingida, havendo o direito à redibição e não mais que isso. Isto posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente ação, para rescindir o contrato celebrado entre as partes condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 5.900,00**, com correção monetária pela Tabela do TJSP a partir de 16.02.2016 (data do segundo pagamento, consoante depoimento pessoal da autora), e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. A autora deve devolver o veículo ao réu, previamente informando e solicitação autorização para tanto a autoridade policial, vez que ficou como depositária do bem na persecução penal. Deixo*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Olindo Angelo Antoniazzi

Requerido:

Adv. Requerido: Karen Simone dos Santos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA